

Sumário



Prefácio à 11ª Edição, xxiii

Parte I – Direito Comercial, 1

- 1 Direito Comercial, 3
 - 1.1 Síntese histórica, 3
 - 1.2 Objeto do direito comercial, 4
 - 1.3 Conceito, 8
 - 1.4 Fontes do Direito Comercial, 10
 - 1.4.1 Fonte primária, 11
 - 1.4.2 Fontes secundárias, 12
 - 1.4.2.1 Usos, 13
 - 1.4.2.2 Analogia, 15
 - 1.4.2.3 Princípios gerais de direito, 16

Parte II – Empresário, 17

- 2 Empresário Unipessoal, 19
 - 2.1 Empresário, 19
 - 2.2 Caracterização do empresário unipessoal, 20
 - 2.3 Capacidade jurídica, 20
 - 2.3.1 Emancipado, 21
 - 2.3.2 Incapaz, 21
 - 2.3.3 Empresário casado, 22
 - 2.4 Ausência de impedimento legal, 23
 - 2.5 Exercício profissional da empresa, 27
 - 2.6 Regime peculiar regulador da insolvência, 28
 - 2.7 Registro obrigatório, 29

- 2.8 Microempresas, 31
- 2.9 Microempreendedor individual, 36
- 2.10 Sociedade de propósito específico, 37
- 2.11 Perda da qualidade empresarial, 38
- 3 Registro, 39
 - 3.1 Noção, 39
 - 3.2 Registro de empresas, 40
 - 3.2.1 Composição da Junta Comercial, 40
 - 3.2.2 Atribuições da Junta Comercial, 41
 - 3.2.3 Proibido arquivar, 42
 - 3.2.4 Modificação de atos constitutivos, 43
 - 3.2.5 Controle da escrituração, 43
 - 3.2.6 Publicidade dos atos, 44
 - 3.2.7 Matrícula, 44
 - 3.2.8 Outros deveres, 45
- 4 Escrituração, 47
 - 4.1 Obrigação de manter escrituração, 47
 - 4.2 Sistemas, 48
 - 4.3 Instrumentos obrigatórios, 48
 - 4.4 Exibição administrativa, 51
 - 4.5 Exibição judicial da escrituração, 51
 - 4.6 Balanços, 53
 - 4.7 Outros documentos essenciais, 54
- 5 Nome Empresarial, 55
 - 5.1 Noção, 55
 - 5.2 Firma, 56
 - 5.3 Nome da sociedade empresária, 57
 - 5.4 Proteção do nome empresarial, 58
 - 5.5 Exclusividade, 60
 - 5.6 Concorrência, 61
 - 5.7 Alienabilidade do nome, 62
 - 5.8 Perda do nome, 62
 - 5.9 Nome e marca, 63
- 6 Estabelecimento Empresarial, 65
 - 6.1 Conceito, 65
 - 6.2 Composição, 67
 - 6.3 Sinais distintivos, 68
 - 6.4 Título do estabelecimento e insígnia, 68
 - 6.5 Ponto de negócio, 69
 - 6.6 Renovatória de locação, 70
 - 6.6.1 Requisitos para renovação, 71
 - 6.6.2 Alternativas do locador, 73
 - 6.6.3 Hipóteses de decisão, 76
 - 6.6.4 *Shopping center*, 76

- 6.7 Aviamento, 77
 - 6.8 Clientela, 78
 - 6.9 Trespasse, 79
 - 6.10 Estabelecimento e falência, 81
- 7 Direitos de Propriedade Industrial, 83
- 7.1 Introdução, 83
 - 7.2 Titularidade da patente, 85
 - 7.3 Patenteabilidade, 86
 - 7.4 Novidade, 87
 - 7.5 Inventividade, 88
 - 7.6 Industriabilidade, 88
 - 7.7 Prioridade, 88
 - 7.8 Depósito do pedido de patente, 89
 - 7.9 Publicação, 90
 - 7.10 Exame do pedido, 91
 - 7.11 Concessão da patente, 92
 - 7.12 Violação do direito da patente, 93
 - 7.13 Nulidade, 93
 - 7.14 Licença, 94
 - 7.15 Extinção da patente, 94
 - 7.15.1 Caducidade, 95
 - 7.16 Desenho industrial, 95
 - 7.17 Marcas, 97
 - 7.17.1 Espécies, 98
 - 7.17.2 Categorias, 98
 - 7.17.3 Marcas não registráveis, 99
 - 7.17.4 Proteção e restrições, 100
 - 7.17.5 Registro da marca, 100
 - 7.18 Concorrência indevida, 101
 - 7.18.1 Modalidades, 102
 - 7.18.2 Concorrência desleal, 102
 - 7.18.3 *Software*, 105
- Parte III – Sociedade Empresária, 107
- 8 Regime Jurídico da Sociedade Empresária, 109
- 8.1 Disciplina legal da sociedade empresária, 109
 - 8.2 Princípios da sociedade empresária, 110
 - 8.2.1 Princípios explícitos: contrato social plurilateral, 110
 - 8.2.2 Princípios explícitos: personificação jurídica, 112
 - 8.2.2.1 Desconsideração da personalidade jurídica, 115
 - 8.2.2.2 Sociedade não personificada, 118
 - 8.2.2.3 Fim da personalidade jurídica, 119
 - 8.2.3 Princípios implícitos, 119
 - 8.3 Concepção e constituição da sociedade, 120
 - 8.4 Contrato social, 123
 - 8.4.1 Elementos do contrato social, 123

- 8.4.1.1 Pluralidade de sócios, 124
 - 8.4.1.2 Constituição do capital social, 125
 - 8.4.1.3 *Affectio societatis*, 127
 - 8.4.1.4 Participação nos lucros e nas perdas, 128
 - 8.4.2 Requisitos de registro do contrato social, 129
 - 8.5 Sociedade empresária e atos de registro, 131
 - 8.6 Direitos e obrigações dos sócios, 132
 - 8.7 Administração societária, 133
 - 8.8 Classificações das sociedades empresárias, 135
 - 8.8.1 Quanto à natureza do ato conceutivo, 136
 - 8.8.2 Quanto à responsabilidade social, 136
 - 8.8.3 Quanto à composição econômica, 137
 - 8.9 Sociedades de objeto misto, 138
 - 8.10 Sociedades dependentes de autorização, 139
 - 8.11 Sociedades empresárias no CC, 139
 - 8.12 Resolução (dissolução parcial), 140
 - 8.13 Dissolução, 142
 - 8.14 Dissolução judicial, 144
 - 8.15 Prorrogação, 144
 - 8.16 Liquidação, 145
 - 8.17 Pagamento do passivo, 147
 - 8.18 Partilha do ativo residual, 147
- 9 Sociedade Limitada, 149
- 9.1 Noção, 149
 - 9.2 Capital social, 151
 - 9.3 Responsabilidade limitada, 152
 - 9.4 Exceções, 153
 - 9.5 Regime das cotas, 155
 - 9.6 Número de cotas, 157
 - 9.7 Sócio de indústria, 157
 - 9.8 Exclusão do sócio remisso, 157
 - 9.9 Outras hipóteses de exclusão, 158
 - 9.10 Aquisição das cotas pela sociedade, 160
 - 9.11 Cessão de cotas, 160
 - 9.12 Penhorabilidade das cotas, 161
 - 9.13 Cotista menor, 162
 - 9.14 Sucessão nas cotas, 162
 - 9.15 Alteração contratual e recesso, 163
 - 9.16 Administração social, 164
 - 9.17 Deliberações sociais, 167
 - 9.18 Conselho Fiscal, 169

Parte IV – Companhia, 173

- 10 Caracterização da Companhia, 175
 - 10.1 Noção, 175

- 10.2 Nome, 175
- 10.3 Princípios estruturantes, 176
 - 10.3.1 Responsabilidade limitada, 176
 - 10.3.2 Divisão do capital em ações, 177
- 10.4 Características societárias comuns, 178
 - 10.4.1 Personalidade jurídica, 178
 - 10.4.2 Empresa como objeto social, 179
 - 10.4.3 Objetivo de lucro, 182
- 10.5 Características próprias da companhia, 183
 - 10.5.1 Natureza empresarial, 183
 - 10.5.2 Identificação exclusiva por uma denominação, 184
 - 10.5.3 Valor subscrito como limite de responsabilidade, 185
- 10.6 Espécies de companhia, 185
 - 10.6.1 Companhia aberta, 185
 - 10.6.2 Companhia fechada, 186
- 10.7 Bolsa de valores e mercado de balcão, 187
- 10.8 CVM, 189
- 11 Constituição da Companhia, 193
 - 11.1 Requisitos preliminares, 193
 - 11.2 Procedimentos constitutivos, 194
 - 11.2.1 Subscrição pública (continuada ou sucessiva), 194
 - 11.2.1.1 Registro na CVM, 196
 - 11.2.1.2 Prospecto, 198
 - 11.2.1.3 Subscrição, 198
 - 11.2.2 Subscrição particular (simultânea), 201
 - 11.3 Formalidades complementares, 201
 - 11.4 Transferência de bens, 203
- 12 Capital Social, 205
 - 12.1 Noção, 205
 - 12.2 Formação, 206
 - 12.3 Modificação, 208
 - 12.3.1 Redução de capital, 209
 - 12.3.2 Aumento de capital, 210
 - 12.3.3 Capital autorizado, 211
 - 12.3.4 Aumento por capitalização de lucros ou reservas, 212
 - 12.3.5 Aumento por emissão de novas ações, 213
 - 12.4 Direito de preferência, 214
- 13 Órgãos Sociais, 217
 - 13.1 Órgãos sociais de administração e controle, 217
 - 13.2 Assembleia geral, 217
 - 13.3 Reforma estatutária, 218
 - 13.4 Competência, 219
 - 13.5 Assembleia Geral Ordinária (AGO), 220
 - 13.5.1 Obrigatoriedade, 220

- 13.5.2 Periodicidade, 222
 - 13.5.3 Objeto definido em lei, 223
 - 13.6 Assembleia Geral Extraordinária (AGE), 223
 - 13.7 Conselho de administração, 225
 - 13.8 Diretoria, 227
 - 13.9 Conselho Fiscal, 229
 - 13.10 Administradores, 232
 - 13.10.1 Deveres, 232
 - 13.10.2 Proibições, 233
 - 13.10.3 Responsabilidade, 233
 - 13.11 Acionista controlador, 236
 - 13.12 Acordo de acionistas, 238
- 14 Acionista, 241
 - 14.1 Direitos e deveres do acionista, 241
 - 14.1.1 Direito de recesso, 242
 - 14.1.2 Deveres, 244
 - 14.2 Direito de voto, 244
 - 14.3 Suspensão de direitos, 245
- 15 Modalidades Especiais de Companhia, 247
 - 15.1 Noção, 247
 - 15.1.1 Sociedade de economia mista, 248
 - 15.1.2 Grupos intersocietários, 249
 - 15.1.2.1 Alienação do controle, 250
 - 15.1.3 Grupos societários, 252
 - 15.1.4 Consórcio, 252
 - 15.1.5 Subsidiária integral, 253
 - 15.1.6 Comandita por ações, 254
 - 15.1.7 Transformação, 254
 - 15.1.8 Concentração de empresas, 255
 - 15.1.8.1 Incorporação, 256
 - 15.1.8.2 Fusão, 257
 - 15.1.8.3 Cisão, 258

Parte V – Valores Mobiliários, 261

- 16 Ações, 263
 - 16.1 Valores mobiliários, 263
 - 16.2 Ação, 264
 - 16.3 Natureza jurídica, 265
 - 16.4 Valores, 266
 - 16.5 Prazo, 269
 - 16.6 Espécies e classes, 269
 - 16.6.1 Ordinárias, 270
 - 16.6.2 Preferenciais, 270
 - 16.6.3 Rentabilidade, 273
 - 16.6.4 Dividendos, 273

- 16.6.4.1 Dividendo obrigatório, 275
 - 16.6.5 Pagamento, 276
 - 16.7 Ações de gozo ou fruição, 277
 - 16.8 Propriedade da ação, 277
 - 16.9 Forma, 278
 - 16.9.1 Ações nominativas, 278
 - 16.9.2 Ações escriturais, 279
 - 16.10 Certificados de ações, 280
 - 16.11 Custódia, 282
 - 16.12 Certificado de depósito, 283
 - 16.13 Liquidação antecipada, 283
 - 16.13.1 Amortização, 284
 - 16.13.2 Resgate, 285
 - 16.13.3 Reembolso, 285
 - 16.14 Negociação em mercado, 287
- 17 Partes Beneficiárias, 289
- 17.1 Noção, 289
 - 17.2 Requisitos indispensáveis, 290
 - 17.3 Forma e vantagens, 290
 - 17.4 Rentabilidade, 291
 - 17.5 Negociação, 291
 - 17.6 Liquidação antecipada, 291
- 18 Debêntures, 293
- 18.1 Noção, 293
 - 18.2 Requisitos indispensáveis, 294
 - 18.3 Direitos, 295
 - 18.4 Conversibilidade, 295
 - 18.5 Forma, 296
 - 18.6 Prazos, 297
 - 18.7 Instituições financeiras, 298
 - 18.8 Emissão, 298
 - 18.9 Certificados, 301
 - 18.10 Rentabilidade, 302
 - 18.11 Negociação, 303
 - 18.12 Liquidação antecipada, 304
 - 18.13 Cédula de debêntures, 304
 - 18.14 Agente fiduciário, 306
 - 18.15 Assembleia dos debenturistas, 307
- 19 Bônus de Subscrição, 309
- 19.1 Noção, 309
 - 19.2 Requisitos, 309
 - 19.3 Rentabilidade, 310
 - 19.4 Negociação, 310

- 20 Nota Promissória – *Commercial Paper*, 311
 - 20.1 Noção e requisitos, 311
 - 20.2 Negociação, 312

Parte VI – Títulos de Crédito, 315

- 21 Teoria Geral dos Títulos de Crédito, 317
 - 21.1 Noção, 317
 - 21.2 Atributos essenciais, 319
 - 21.3 Atributos eventuais, 320
 - 21.4 Inoponibilidade de exceções pessoais, 321
 - 21.5 Classificação, 323
 - 21.6 Requisitos formais indispensáveis, 324
 - 21.7 Endosso, 325
 - 21.7.1 Endosso-mandato, 327
 - 21.7.2 Endosso póstumo, 328
 - 21.7.3 Endosso-caução, 328
 - 21.7.4 Endosso e cessão, 329
 - 21.8 Aval, 329
 - 21.9 Aval e fiança, 332
 - 21.10 Título incompleto, 333
 - 21.11 Apresentação e pagamento, 335
 - 21.12 Execução, 336
 - 21.12.1 Título oriundo do estrangeiro, 338
 - 21.13 Prescrição, 338
 - 21.14 Regime legal, 340
- 22 Cambiais, 341
 - 22.1 Noção, 341
 - 22.2 Requisitos de validade da letra de câmbio, 342
 - 22.2.1 Denominação letra de câmbio, 342
 - 22.2.2 Mandato de pagar quantia determinada, 343
 - 22.2.3 Nome da pessoa que deve pagar, 343
 - 22.2.4 Nome da pessoa a quem deve ser paga, 344
 - 22.2.5 Assinatura de próprio punho do sacador, 345
 - 22.3 Requisitos de validade da nota promissória, 345
 - 22.4 Requisitos não essenciais das cambiais, 347
 - 22.5 Aceite, 347
 - 22.6 Vencimento, 348
 - 22.7 Pagamento, 350
 - 22.8 Ressaque, 351
 - 22.9 Prescrição das cambiais, 352
 - 22.10 Ação de anulação, 352
 - 22.11 Promissória vinculada, 353
 - 22.12 Letra de câmbio financeira, 355
 - 22.13 Letra do Banco Central, 356
 - 22.14 Letra do Banco Central – Venda a termo, 357
 - 22.15 Letra do Tesouro Nacional, 357

- 22.16 Letra financeira do Tesouro, 358
- 22.17 Letra hipotecária, 358
- 22.18 Letras financeiras dos Estados e Municípios, 358

23 Cheque, 359

- 23.1 Ordem de pagamento, 359
 - 23.1.1 Banco ou instituição equiparada, 359
 - 23.1.2 Saldo disponível em poder do sacado, 360
 - 23.1.3 Conta corrente bancária, 361
- 23.2 Natureza jurídica, 362
- 23.3 Abstração, 364
- 23.4 Requisitos de validade, 365
- 23.5 Intervenientes, 368
- 23.6 Apresentação, 370
- 23.7 Espécies quanto à circulação, 371
- 23.8 Endosso, 371
- 23.9 Aval, 374
- 23.10 Cheque pós-datado, 375
- 23.11 Cheque cruzado, 376
- 23.12 Cheque para creditar, 377
- 23.13 Cheque visado, 377
- 23.14 Cheque de turismo, 378
- 23.15 Cheque postal, 378
- 23.16 Cheque administrativo, 379
- 23.17 Cheque plural, 379
- 23.18 Cheque garantido, 379
- 23.19 Contraordem e sustação, 380
- 23.20 Pagamento de cheque falso, 381
- 23.21 Recusa de pagamento, 382
- 23.22 Protesto, 383
- 23.23 Ação por falta de pagamento, 384
- 23.24 Prescrição da eficácia executiva, 386
- 23.25 Banco e correntista, 387
- 23.26 Serviço de compensação, 388
- 23.27 Cheque sem fundos, 388
- 23.28 Cadastro de emitentes de cheque sem fundos, 390
- 23.29 Substituição do cheque por outros instrumentos, 391

24 Duplicata, 393

- 24.1 Duplicata e fatura, 393
- 24.2 Requisitos, 396
- 24.3 Remessa e devolução, 397
- 24.4 Aceite, 398
- 24.5 Pagamento, 399
- 24.6 Protesto, 401
- 24.7 Triplicata, 403
- 24.8 Execução, 403

- 24.9 Prescrição, 405
- 24.10 Exceções e causalidade, 406
- 24.11 Duplicata simulada, 407
- 25 Títulos de Crédito Impróprios, 409
 - 25.1 Noção, 409
 - 25.2 Títulos representativos, 409
 - 25.3 Títulos de financiamento, 413
 - 25.4 Títulos de legitimação, 415
- 26 Protesto, 417
 - 26.1 Noção, 417
 - 26.2 Protocolização, 419
 - 26.3 Intimação, 419
 - 26.4 Sustação, 421
 - 26.5 Pagamento, 422
 - 26.6 Espécies, 423
 - 26.7 Conteúdo do registro, 424
 - 26.8 Cancelamento, 424
 - 26.9 Protesto especial falimentar, 426
 - 26.10 Microempresa e empresa de pequeno porte, 426
 - 26.11 Títulos sujeitos a protesto, 427
- Parte VII – Contratos Mercantis, 429**
- 27 Contratos Mercantis, 431
 - 27.1 Introdução, 431
 - 27.2 Princípios do CC, 431
 - 27.3 Normas regentes, 432
 - 27.4 Formação, 432
 - 27.5 *Pacta sunt servanda*, 434
 - 27.6 *Exceptio non adimpleti contractus*, 434
 - 27.7 *Rebus sic stantibus*, 435
 - 27.8 Caso fortuito e força maior, 435
 - 27.9 Extinção do contrato, 436
- 28 Compra e Venda Mercantil, 439
 - 28.1 Noção, 439
 - 28.2 Venda a vista de amostras, 440
 - 28.3 Obrigações do vendedor, 441
 - 28.3.1 Entrega da mercadoria vendida, 441
 - 28.3.2 Responsabilidade por vício e por evicção, 441
 - 28.4 Obrigações do comprador, 442
 - 28.5 Coisa, 442
 - 28.6 Preço, 443
 - 28.7 *Incoterms*, 444
- 29 Mandato Mercantil, 447
 - 29.1 Noção, 447

- 29.2 Terceiro, 448
- 29.3 Obrigações, 448
- 29.4 Extinção, 449
- 30 Comissão Mercantil, 451
 - 30.1 Noção, 451
 - 30.2 Obrigações, 451
- 31 Cartão de Crédito, 455
 - 31.1 Noção, 455
 - 31.2 Elementos, 457
 - 31.3 Vantagens, 457
 - 31.4 Contratos, 457
 - 31.5 Natureza jurídica, 459
 - 31.6 Modalidades, 460
 - 31.7 Uso indevido, 461
 - 31.8 Juros remuneratórios, 462
 - 31.9 Preço e pagamento com cartão, 463
 - 31.10 Algumas regras operacionais, 464
- 32 Faturização (*Factoring*), 467
 - 32.1 Noção, 467
 - 32.2 Partes, 469
 - 32.3 Características do contrato, 469
 - 32.4 Modalidades, 472
- 33 Arrendamento Mercantil (*Leasing*), 473
 - 33.1 Noção, 473
 - 33.2 Requisitos do contrato, 475
 - 33.3 Antecipação do VRG, 476
 - 33.4 Prazos, 477
 - 33.5 Partes, 477
 - 33.6 Modalidades, 478
 - 33.7 Inadimplemento, 480
 - 33.8 *Leasing* e CDC, 482
 - 33.9 *Leasing* e ICMS, 483
- 34 Alienação Fiduciária, 485
 - 34.1 Noção, 485
 - 34.2 Requisitos, 487
 - 34.3 Mora e inadimplemento, 488
 - 34.4 Busca e apreensão, 489
 - 34.5 Coisa imóvel, 491
- 35 Franquia Empresarial (*Franchising*), 495
 - 35.1 Noção, 495
 - 35.2 Partes, 496
 - 35.3 Obrigações do franqueador, 497

- 35.4 Obrigações do franqueado, 499
- 35.5 Contrato de franquia, 500
- 36 Representação Comercial Autônoma, 501
 - 36.1 Noção, 501
 - 36.2 Representante comercial, 502
 - 36.3 Requisitos do contrato, 503
 - 36.4 Justa causa para rescisão, 504
 - 36.5 Obrigações do representante, 505
 - 36.6 Obrigações do representado, 506
- 37 Agência/Distribuição e Concessão, 507
 - 37.1 Cooperação interempresarial, 507
 - 37.2 Agência/distribuição, 507
 - 37.3 Outras modalidades de distribuição, 509
 - 37.4 Concessão comercial de veículos automotores, 509
- 38 Contrato de Seguro, 511
 - 38.1 Direito positivo, 511
 - 38.2 Caráter mercantil do seguro, 511
 - 38.3 Notícia histórica, 511
 - 38.4 Natureza jurídica e proteção legal, 512
 - 38.5 Intervenientes, 513
 - 38.6 Comprovação, 513
 - 38.7 Conteúdo do instrumento constitutivo, 514
 - 38.8 Modalidades, 514
 - 38.9 Regras gerais básicas previstas no CC, 515
 - 38.10 Perda do direito à indenização, 516
 - 38.11 Seguro-saúde e doença preexistente, 516
 - 38.12 Prazos prescricionais, 516
 - 38.13 Previsão penal, 517
 - 38.14 Diretrizes processuais, 517
 - 38.15 Resseguro, 518
 - 38.16 Regras sumuladas pelos tribunais superiores, 520
- 39 Contratos de Suporte Empresarial, 523
 - 39.1 Transporte e armazenamento, 523
 - 39.2 Contrato de transporte de coisas, 524
 - 39.2.1 Deveres do transportador, 526
 - 39.2.2 Outras normas sobre transportes, 527
 - 39.3 Contrato de depósito em armazéns gerais, 528
- 40 Contratos Bancários, 531
 - 40.1 Banco, 531
 - 40.2 Instituições financeiras, 533
 - 40.3 Sigilo bancário, 536
 - 40.4 Operações bancárias, 538

- 40.4.1 Contratos de operações passivas, 539
 - 40.4.1.1 Certificado de depósito bancário, 541
 - 40.4.1.2 Recibo de depósito bancário, 541
- 40.4.2 Contratos de operações ativas, 543
 - 40.4.2.1 Mútuo bancário, 543
 - 40.4.2.2 Desconto de títulos de terceiros, 544
 - 40.4.2.3 Abertura de crédito, 545
- 40.5 Revisão dos contratos bancários, 548

Parte VIII – Direitos do Consumidor, 551

- 41 Direitos do Consumidor, 553
 - 41.1 Consumidor e relação de consumo, 553
 - 41.2 Direitos do consumidor, 555
 - 41.3 Responsabilidade do fornecedor, 556
 - 41.4 Responsabilidade pelo fato do produto, 557
 - 41.4.1 Excludentes, 558
 - 41.5 Responsabilidade pelo fato do serviço, 558
 - 41.6 Responsabilidade por vício do produto e do serviço, 559
 - 41.7 Decadência e prescrição, 560
 - 41.8 Desconsideração da personalidade jurídica, 561
 - 41.9 Práticas infrativas, 561
 - 41.10 Publicidade e propaganda, 563
 - 41.10.1 Publicidade enganosa e publicidade abusiva, 564
 - 41.11 Proteção contratual, 565
 - 41.12 Cláusulas abusivas, 566
 - 41.13 Inversão do ônus probatório, 567
 - 41.14 Declaração de ofício, 567

Parte IX – Falências e Recuperações, 569

- 42 Insolvência Empresarial, 571
 - 42.1 Introdução, 571
 - 42.2 Síntese histórica, 571
 - 42.3 Princípios do regime concursal empresarial, 574
 - 42.3.1 Princípio da viabilidade da empresa, 574
 - 42.3.2 Princípio da prevalência do interesse dos credores, 575
 - 42.3.3 Princípio da publicidade dos procedimentos, 575
 - 42.3.4 Princípio da *par conditio creditorum*, 575
 - 42.3.5 Princípio da conservação e maximização dos ativos, 576
 - 42.3.6 Princípio da conservação da empresa viável, 576
 - 42.4 Transição legal, 576
- 43 Devedor Empresário, 579
 - 43.1 Pessoa física e pessoa jurídica, 579
 - 43.2 Empresas excluídas, 582
 - 43.3 Empresas sujeitas a regime especial, 582
 - 43.4 Empresário não personificado, 584
 - 43.5 Sócios, 585

- 43.6 Impedidos de exercer a empresa, 587
- 43.7 Microempresa e empresa de pequeno porte, 587
- 44 Competência, 589
 - 44.1 Juízo do principal estabelecimento, 589
 - 44.2 Princípios do juízo concursal, 590
 - 44.2.1 Devedor autor, 591
 - 44.2.2 Reclamações trabalhistas, 592
 - 44.2.3 União, 592
 - 44.2.4 Créditos tributários, 592
 - 44.2.5 Ações anteriores ao processo de insolvência, 592
- 45 Créditos, 595
 - 45.1 Ordem de preferência dos credores, 595
 - 45.2 Verificação, 596
 - 45.2.1 Crédito não relacionado, 596
 - 45.3 Impugnação, 599
 - 45.4 Classificação dos créditos na falência, 602
- 46 Recuperações, 607
 - 46.1 Introdução, 607
 - 46.2 Meios de recuperação, 608
 - 46.3 Recuperação extrajudicial, 612
 - 46.3.1 Características da recuperação extrajudicial, 612
 - 46.3.2 Procedimento recuperatório, 613
 - 46.4 Recuperação judicial, 617
 - 46.4.1 Legitimação ativa, 619
 - 46.4.2 Despacho de processamento, 621
 - 46.5 Plano de recuperação judicial, 622
 - 46.6 Impugnação, 623
 - 46.7 Laudo econômico-financeiro, 623
 - 46.8 Assembleia geral de credores, 624
 - 46.9 Decisão sobre o plano, 626
 - 46.10 Administração dos bens, 627
 - 46.11 Substituição administrativa, 629
 - 46.11.1 Condenação criminal, 629
 - 46.11.2 Dolo, simulação ou fraude, 630
 - 46.11.3 Esvaziamento do patrimônio, 631
 - 46.11.4 Recusa de informações, 631
 - 46.12 Administrador judicial, 631
 - 46.13 Comitê de credores, 632
 - 46.14 Convolação em falência, 634
 - 46.15 Cumprimento da recuperação, 635
- 47 Estado de Falência, 637
 - 47.1 Noção de falência, 637

- 47.2 Pressupostos do estado de falência, 638
- 47.3 Critérios aferidores da insolvência, 638
 - 47.3.1 A impontualidade como causa de pedir na falência, 639
 - 47.3.2 A execução frustrada como causa de pedir na falência, 642
 - 47.3.3 Sintomas legais como causa de pedir na falência, 644
- 47.4 Decretação judicial, 648
- 47.5 Falência *ex officio*, 648
- 47.6 Pluralidade de credores, 649
- 47.7 Meio judicial de cobrança, 649
- 48 Ação Constitutiva de Falência, 651
 - 48.1 Introdução, 651
 - 48.2 Legitimação ativa, 651
 - 48.2.1 Falência requerida pelo próprio devedor, 652
 - 48.2.2 Falência requerida por credor, 654
 - 48.2.2.1 Credor privilegiado, 655
 - 48.2.2.2 Fazenda Pública, 655
 - 48.2.2.3 Sócio e liquidante, 656
 - 48.2.3 Espólio, 656
 - 48.3 Procedimento, 657
 - 48.4 Pedido com base nos atos enumerados em lei, 661
 - 48.5 Parecer do Ministério Público, 662
 - 48.6 Desistência do pedido, 662
 - 48.7 Resposta do réu na ação falimentar, 662
- 49 Sentença e Recursos, 667
 - 49.1 Sentença decretatória, 667
 - 49.1.1 Termo legal, 669
 - 49.1.2 Nomeação do administrador judicial, 670
 - 49.1.3 Convocação de assembleia e constituição de Comitê, 670
 - 49.1.4 Publicidade da decretação, 671
 - 49.2 Denegação do pedido de falência, 672
 - 49.3 Recursos, 673
 - 49.4 Revogação da falência, 675
- 50 Efeitos da Decretação de Falência, 677
 - 50.1 Efeitos da sentença, 677
 - 50.1.1 Formação da massa falida subjetiva, 677
 - 50.1.2 Suspensão das ações individuais, 680
 - 50.1.3 Suspensão condicional da fluência de juros, 681
 - 50.1.4 Exigibilidade antecipada dos créditos, 682
 - 50.1.5 Suspensão da prescrição, 684
 - 50.1.6 Arrecadação dos bens do devedor, 684
 - 50.2 Efeitos quanto ao devedor, 685
 - 50.2.1 Direitos do devedor, 688
 - 50.3 Efeitos quanto aos contratos do devedor, 688
 - 50.4 Administradores e controladores, 692

- 51 Ações Revocatórias, 695
 - 51.1 Atos prejudiciais à massa, 695
 - 51.2 Atos suscetíveis de revogação na falência, 696
 - 51.3 Ação revocatória e presunção de fraude, 697
 - 51.3.1 Dano, 697
 - 51.3.2 Atos suscetíveis de revogação, 698
 - 51.3.2.1 Atos praticados durante o termo legal, 699
 - 51.3.2.2 Atos praticados no biênio pré-falimentar, 700
 - 51.3.2.3 Inscrições, 701
 - 51.3.2.4 Venda ou transferência do estabelecimento, 702
 - 51.4 Ação pauliana falencial, 703
 - 51.5 Efeito resritutório, 704
 - 51.6 Processo revocatório, 704
- 52 Administração da Falência, 707
 - 52.1 Órgãos da falência, 707
 - 52.2 Administrador judicial, 707
 - 52.3 Funções do administrador judicial, 708
 - 52.4 Substituição do administrador judicial, 710
 - 52.5 Remuneração do administrador judicial, 711
 - 52.6 Responsabilidade do administrador, 712
 - 52.7 Ministério Público, 712
 - 52.8 Comitê de Credores, 713
 - 52.9 Assembleia geral de credores, 714
- 53 Liquidação e Encerramento, 715
 - 53.1 Fase executiva, 715
 - 53.2 Arrecadação, 715
 - 53.3 Destinação antecipada de bens, 718
 - 53.4 Falência frustrada, 719
 - 53.5 Restituição, 720
 - 53.6 Realização do ativo, 724
 - 53.7 Solução do passivo, 727
 - 53.8 Encerramento, 728
 - 53.9 Extinção das obrigações, 729
- 54 Direito Penal Falimentar, 731
 - 54.1 Introdução, 731
 - 54.2 Crimes falimentares, 732
 - 54.3 Inquérito penal falimentar, 735
 - 54.4 Ação penal falimentar, 736
 - 54.5 Sentença, 738

Bibliografia, 741